

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02 de 2025

01 de dezembro de 2025.

Inclui dispositivos no Código de Posturas do Município de General Câmara para estabelecer normas de acessibilidade em farmácias, mercados, lojas e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam acrescidos ao Código de Posturas do Município de General Câmara os seguintes dispositivos, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. ____. Da Acessibilidade em Estabelecimentos Comerciais de Atendimento ao Público

§ 1º As farmácias, drogarias, supermercados, minimercados, lojas de departamentos, estabelecimentos varejistas e demais atividades comerciais de acesso público ficam obrigados a garantir condições adequadas de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se condições mínimas de acessibilidade:

I – rampas de acesso com inclinação adequada e corrimão, quando houver desnível;

II – portas e corredores com largura compatível para circulação de cadeiras de rodas;

III – piso regular e antiderrapante, sem obstáculos ou desníveis abruptos;

IV – atendimento prioritário e sinalizado conforme legislação federal;

V – bancadas, balcões ou caixas com, ao menos, uma estação adaptada para pessoas com deficiência física;



VI – sinalização visual e tátil, quando aplicável;

VII – dispensadores, expositores e gôndolas com área acessível, devendo ao menos uma seção de produtos essenciais ser mantida em altura que permita alcance por pessoa com mobilidade reduzida.

§ 3º Os estabelecimentos já existentes terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei Complementar, para promover as adequações necessárias.

§ 4º Os novos estabelecimentos somente poderão obter alvará de localização e funcionamento mediante comprovação do cumprimento integral das normas de acessibilidade estabelecidas por esta Lei Complementar e pela legislação federal pertinente.

§ 5º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes penalidades, aplicadas progressivamente:

- I – notificação para regularização em até 30 dias;
- II – multa administrativa em caso de não adequação no prazo;
- III – suspensão parcial do alvará até a regularização;
- IV – cassação do alvará de funcionamento, em caso de reiterado descumprimento.

§ 6º As normas estabelecidas neste artigo não excluem o cumprimento das diretrizes previstas na Lei Federal nº 10.098/2000, no Decreto nº 5.296/2004, na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e nas normas técnicas da ABNT referentes à acessibilidade.

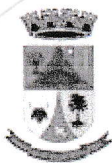
Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CARMO
KONZEN:50451375
068

Assinado de forma digital por
CARMO KONZEN:50451375068
Dados: 2025.12.02 08:46:40
-03'00'

Vereador Carmo Konzen
PL



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por finalidade assegurar a acessibilidade em estabelecimentos comerciais de grande circulação, tais como farmácias, mercados e lojas, garantindo condições mínimas de inclusão e mobilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A proposta está em consonância com a legislação federal de acessibilidade, ampliando sua aplicação no âmbito municipal, sem criar estruturas administrativas ou alterar o regime de servidores, respeitando assim os limites de iniciativa legislativa do Poder Legislativo, conforme entendimento consolidado pelo STF.

Diante da relevância social e do caráter inclusivo da medida, conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação da matéria.

CARMO

KONZEN:5045137

5068

Assinado de forma digital por

CARMO

KONZEN:50451375068

Dados: 2025.12.02 08:45:54

-03'00"

Vereador Carmo Konzen
PL